

A INDECISÃO DE KHRUSHCHEV

OS FRANCESES E OS BRITÂNICOS ESTÃO
ATOLADOS NO SUEZ E NÓS NA HUNGRIA.

Nikita Khrushchev

As duplas crises da Guerra Fria – a intervenção paralela dos soviéticos na Hungria e dos franceses e britânicos no Suez, em Outubro de 1956, e a crise dos mísseis de Cuba e o confronto entre a China e a Índia, em Outubro de 1962 – ainda não encontraram os seus cronistas. No entanto, os documentos revelados pelos arquivos, nomeadamente os arquivos comunistas, bem como os testemunhos dos participantes, mostram como as crises paralelas de Outubro de 1956 e de 1962 são inseparáveis, sem que nada nas origens respectivas fizesse prever a sua convergência.

Os prolegómenos da crise húngara devem procurar-se na sucessão de Estaline e, sobretudo, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em 1953, a mudança na direcção soviética teve repercussões directas nas direcções dos partidos comunistas dos países-satélites da União Soviética na Europa de Leste.

Com efeito, para consolidar a sua posição de poder, os novos dirigentes do centro comunista em Moscovo tentaram impor rapidamente os seus feudatários nas periferias. Para a Hungria, Giorgii Malenkov, o principal responsável do Presidium depois da morte de Estaline e a liquidação de Lavrenti Beria, escolheu Imre Nagy, um comunista preso no período estalinista, para substituir Mathias Rakosi, o velho estalinista responsável pela repressão brutal que marcou a instalação do regime

comunista. Imre Nagy iniciou o Novo Curso, uma linha paralela à do seu patrono na União Soviética, que antecipou as estratégias reformistas no movimento comunista. Essa mudança, porém, foi interrompida com o declínio de Malenkov e a ascensão de Khrushchev, aliado aos sobreviventes da velha guarda bolchevique – Vyacheslav Molotov, Kliment Vorochilov e Lazar Kaganovich. Em Budapeste, a viragem no centro teve como consequência desastrosa o regresso de Rakosi, em 1955. Em Fevereiro de 1956, Khrushchev fez a sua ruptura com o estalinismo, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, isolando a velha guarda bolchevique sem, todavia, retirar os históricos do Presidium. O seu discurso na sessão secreta do Congresso, que denuncia os crimes de Estaline contra os comunistas, é publicado pela imprensa ocidental – mãos polacas asseguraram a fuga do documento – e teve efeitos opostos na União Soviética e na Europa de Leste. No primeiro caso, significa o «degelo» do comunismo soviético, no segundo marca o início de um ciclo de instabilidade profunda que vai dividir os partidos no poder, ao mesmo tempo que mobiliza os movimentos políticos e sociais contra os regimes comunistas e as correntes nacionalistas contra a dominação russa e soviética.

As revoltas operárias de Poznan, a 28 e 29 de Junho, foram o primeiro sinal de uma crise séria, não só pela extensão dos protestos, mas sobretudo porque os militares polacos se recusaram a disparar contra os trabalhadores. A crise acelerou a divisão interna do Partido Comunista polaco, acentuada pela reabilitação dos comunistas pre-

sos durante o estalinismo, incluindo Wladyslaw Gomulka, na sequência do XX Congresso. Em Outubro, os comunistas polacos escolheram Gomulka para voltar a dirigir o seu partido, o que provocou uma reacção brutal por parte de Khrushchev e da direcção soviética, para quem a substituição dos dirigentes mais ortodoxos por um comunista reformador e nacionalista punha em causa a continuidade da filiação da Polónia no bloco soviético. O pedido de Gomulka para substituir o marechal soviético Konstantin Rokossovski na chefia das Forças Armadas polacas e na direcção do Partido Comunista polaco veio confirmar as piores previsões do centro.

Khrushchev decidiu partir para Varsóvia para explicar aos comunistas polacos as regras do sistema soviético. Fez-se acompanhar por quatro membros do Presidium, incluindo quer os seus rivais ortodoxos – Molotov e Kaganovich – quer o seu principal aliado reformador, Anastas Mikoyan, e ainda Nikolai Bulganin. Paralelamente – e, de certo modo, também pedagogicamente, para ilustrar melhor a sua lição – ordenou a mobilização das divisões soviéticas na Polónia, que cercaram a capital, onde os comunistas russos e polacos se vão reunir, no dia 19 de Outubro¹.

A decisão inicial de Khrushchev era forçar a direcção do Partido Comunista polaco a demitir Gomulka, sob a ameaça da intervenção militar soviética, que estava em curso. Depois, tudo se passou de forma diferente. Gomulka, numa intervenção dramática, convenceu Khrushchev a mudar de posição: «Camarada Khrushchev, peço-lhe que mande parar os movi-

mentos das tropas soviéticas. Pode pensar que são os russos quem precisa da amizade do povo polaco. Mas, como polaco e como comunista, juro que a Polónia precisa da amizade da Rússia mais do que a Rússia da amizade da Polónia. Não percebem que sem essa amizade não podemos existir como nação independente? Aqui vai ficar tudo em ordem, mas não deixem entrar as tropas soviéticas em Varsóvia por que isso torna virtualmente impossível controlar os acontecimentos.»²

O dirigente russo vacilou, mas mandou parar as suas divisões. Nesse contexto, Gomulka pôde conter a revolta polaca, neutralizar os seus adversários internos e obter a lealdade das Forças Armadas, ao mesmo tempo que o seu regime comunista definia um quadro inédito de coexistência com a Igreja Católica. Mas a crise polaca teve uma continuação linear e imediata na Hungria, onde se repetiu o mesmo padrão – a mobilização dos movimentos políticos e sociais contra o regime e a divisão interna do Partido Comunista³. O sucesso de Gomulka é um estímulo adicional, como o demonstra a enorme manifestação de estudantes no dia 23 de Outubro, em Budapeste, que marca o início dos treze dias da crise húngara.

Hannah Arendt insiste na similitude entre as duas crises, polaca e húngara. Numa fórmula que demonstra a sua extraordinária intuição – as revelações sobre a intervenção militar russa na crise polaca foram feitas muitos anos depois da sua morte – Arendt escreveu que «quase só por acaso não aconteceu na Polónia o que se passou na Hungria e na Hungria o que se passou na Polónia»⁴. A questão, nesse sentido,

é saber o que separa as duas crises e pode justificar a divergência final entre a saída reformista na Polónia e a tragédia da revolução anticomunista na Hungria.

Os documentos dos arquivos confirmam a tese arendtiana: tudo devia ter sido igual, e por maioria de razão, no sentido em que as «lições polacas» significavam uma viragem moderada na estratégia de Khrushchev.

De facto, a decisão soviética de não intervir militarmente foi reiterada na crise húngara. A intervenção inicial das tropas soviéticas, logo no dia 24 de Outubro, resultou de um pedido formal de Erno Gero, sucessor e discípulo de Mathias Rakosi, e foram os enviados do Presidium, Mikoyan (o único dirigente que se opusera em Moscovo à decisão de intervir⁵) e Mikhail Suslov, bem como o embaixador soviético, Yuri Andropov, quem insistiu nos efeitos desastrosos da primeira intervenção e aconselhou a retirada do Exército Vermelho. Paralelamente, as «lições polacas» levaram os responsáveis soviéticos a apoiar a rápida substituição de Gero e, mesmo, a aceitar o regresso de Imre Nagy, que passou a dirigir o Governo, enquanto a direcção do Partido Comunista ficava entregue a Janos Kadar, uma criatura de Khrushchev que também fora vítima da repressão estalinista. No mesmo sentido, Mikoyan chegou a admitir a restauração de um sistema multipartidário, que poderia limitar o domínio comunista sem o pôr em causa.

Nessa linha, o Presidium do Partido Comunista da União Soviética decidiu, no dia 30 de Outubro, aprovar uma «Declaração sobre os Princípios do Desenvolvi-

mento e do Reforço da Amizade e Cooperação entre a URSS e os outros Países Socialistas», que foi publicada, no dia seguinte, pelo *Pravda*. Esse documento, preparado pelos quadros do aparelho do Comité Central e longamente discutido na reunião extraordinária do Presidium, é o equivalente do XX Congresso para as relações com os satélites. O texto reconhecia os «erros profundos» do passado, incluindo numerosas «violações do princípio da igualdade nas relações entre os países socialistas», para proclamar que doravante a União Soviética se comprometia a «respeitar a soberania plena de todos os estados socialistas». Essa determinação referia-se, designadamente, à revisão do estatuto das forças militares soviéticas estacionadas nos estados-membros do Pacto de Varsóvia, deixando em aberto a possibilidade da sua redução ou de uma retirada completa.

Em coerência com essa tomada de posição oficial, o Presidium, por unanimidade, recusou a intervenção militar e decidiu retirar as suas forças da Hungria. Khrushchev disse aos seus pares: «Há duas vias, uma via militar e de ocupação, e uma via pacífica – a retirada das tropas e as negociações.»⁶ Se os dirigentes comunistas russos ainda soubessem reconhecer uma revolução, a sua decisão significaria que estavam preparados para deixar cair o regime comunista húngaro.

Nas suas memórias, Khrushchev confessa que, mal a tinha aprovado, já pressentia que aquela era uma má decisão⁷. No dia seguinte, 31 de Outubro, voltou a reunir o Presidium de emergência para rever as decisões da véspera e decidir, por unanimi-

dade, a intervenção militar na Hungria. A Doutrina Khrushchev só durou uma noite. O que se passou nessas horas fatais? Desde logo, a crise húngara entrou numa fase de aceleração evidente, entre as manifestações de massa constantes e os recuos sucessivos de Imre Nagy. O primeiro-ministro começou por reconhecer a revolução como um «levantamento democrático-nacional» – ainda tratava os manifestantes por camaradas, nos seus discursos, mas respondiam-lhe da Praça da República que não eram camaradas, eram húngaros⁸ – e acabou por alinhar com as reivindicações revolucionárias, incluindo a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia, o fim do domínio do Partido Comunista e a formação de uma coligação governamental multipartidária. Ao mesmo tempo, a formação dos conselhos, na melhor tradição das revoluções de 1848, 1871 e 1905, o assalto armado aos centros do partido e dos aparelhos de segurança, a passagem de unidades militares húngaras para o lado dos insurrectos revelavam a força imparável do movimento.

No dia 30 de Outubro, Nagy disse a Mikoyan e a Suslov que queria discutir formalmente a saída da Hungria do bloco soviético, o que deixou ainda mais alarmados os representantes do Presidium, que mandaram, ainda nesse dia, para o centro um telegrama em que reconheciam que «a liquidação pacífica [dos centros de resistência] está fora de causa» e que «se as unidades militares húngaras forem usadas contra a insurreição passam-se para o lado dos revoltosos, o que tornará necessário retomar as operações militares das forças armadas soviéticas»⁹.

A dimensão húngara foi crucial. A revolução tinha posto em causa, simultaneamente, dois princípios essenciais – a preponderância do Partido Comunista e o alinhamento com a União Soviética – perante a incapacidade de resposta do partido e com a cumplicidade de Imre Nagy. Por outro lado, se a revolução anticomunista prevalescesse na Hungria, o risco não seria só perder um satélite: os perigos de contágio eram evidentes – a fronda da liberdade já tinha passado da Polónia para a Hungria e nada impedia o movimento revolucionário de penetrar noutros satélites ou na própria União Soviética. (A teoria leninista defendia essa tese para as revoluções comunistas e, por ironia, talvez pudesse estar certa no caso das revoluções anticomunistas.) No mesmo sentido, pode admitir-se que, se Khrushchev perdesse a Hungria, perdia a sua posição dirigente no PCUS e se a União Soviética deixasse cair um regime comunista, perdia a sua posição à frente do seu bloco imperial e no centro do movimento comunista internacional.

A intervenção militar francesa e britânica no Suez começou no dia 31 de Outubro, com uma ofensiva fulgurante: entre dois fogos, o regime nacionalista árabe de Nasser, um cliente da União Soviética, estava prestes a cair.

A crise do Suez completou os dilemas de Khrushchev. A União Soviética ficava confrontada com a possibilidade eminente de uma dupla derrota estratégica – na Hungria e no Egipto. Os próprios não tinham, ou não queriam ter, dúvidas sobre a origem comum das duas ameaças: Vorochilov disse no Presidium que «os serviços secretos americanos estão mais activos em

Budapeste do que os camaradas Mikoyan e Suslov»¹⁰, dois aliados de Khrushchev. Obviamente, a posição de Khrushchev ficava posta em causa nessas condições e a convergência de um recuo na Europa de Leste, dentro do bloco soviético, e no Médio Oriente, com a demonstração da sua incapacidade de proteger um aliado externo, podia ter consequências imprevisíveis em cadeia.

Nesse contexto, se a decisão de intervir na Hungria ainda não tivesse sido tomada – a decisão de 30 de Outubro tinha sido a de não intervir – a crise do Suez tornou essa escolha inevitável para Khrushchev e para o Presidium.

Nas vésperas da intervenção militar, Khrushchev foi ter com Tito, que o recebeu em Brioni, no meio de uma tempestade. Perante o chefe comunista jugoslavo, Khrushchev justificou a sua decisão final: em primeiro lugar, estavam a matar comunistas (um privilégio reservado aos próprios nos regimes comunistas); em segundo lugar, Nagy tinha decidido retirar a Hungria do Pacto de Varsóvia, declarara a neutralidade e fizera um apelo às Nações Unidas; em terceiro lugar, o capitalismo estava prestes a ser restaurado na Hungria; em quarto lugar, a intervenção no Suez ia distrair a atenção internacional da «assistência» soviética à Hungria; e, em quinto lugar, se não fizesse nada os estalinistas e os militares uniam-se contra a sua linha antiestalinista¹¹.

É verdade que a intervenção militar no Suez acabou por diminuir os efeitos externos da intervenção soviética na Hungria, sobretudo porque dividiu a aliança ocidental num momento crucial. Mas nada disso era evidente quando Khrushchev tomou a decisão de intervir, a 31 de Outubro. Nesse dia, o que parecia claro era, por um lado, a decomposição acelerada do regime comunista na Hungria e, por outro, a previsão da vitória da Grã-Bretanha, da França e de Israel contra o Egipto. Na sua última emissão, a Rádio Kossuth dizia que «hoje foi a Hungria, amanhã serão outros países, porque o imperialismo de Moscovo não reconhece limites e está só a tentar ganhar tempo». A declaração é ambígua e mais justa no sentido em que a revolução húngara foi a primeira, depois seguida pela «Primavera de Praga» e pela «revolução autolimitada» na Polónia. Na Checoslováquia, a intervenção do Pacto de Varsóvia foi brutal mas menos violenta do que na Hungria e, em 1981, são os militares polacos quem restaurou o regime comunista, sem intervenção directa da União Soviética.

Pela sua parte, Khrushchev ganhou tempo e, no ano seguinte, eliminou os seus rivais da velha guarda bolchevique com o apoio dos militares soviéticos. Mas o padrão errático das suas indecisões revelou-se ainda mais perigoso na segunda dupla crise, em Outubro de 1962. Dessa vez, foi preciso retirar os mísseis de Cuba e Khrushchev do poder.

■ CARLOS GASPAR

NOTAS

¹ Ver GLUCHOWSKI, L. W. – «Khrushchev, Gomulka and the "Polish October"». In *Cold War International History Bulletin* # 5, Primavera de 1995. KRAMER, Mark – «New evidence on Soviet decision-making and the 1956 Polish and Hungarian crises». In *Cold War International History Bulletin* # 8-9, Inverno de 1996-1997.

² Este resumo do discurso de Gomulka foi escrito pelo próprio Khrushchev. Cf. TAUBMAN, William – *Khrushchev*. Londres: Free Press, 2006, 2.^a ed., p. 294

³ É a tese de Hannah Arendt, no seu texto sobre a «gloriosa revolução húngara» [ARENDE, Hannah – «Riflessione sulla rivoluzione unghere». In *MicroMega*, pp. 89-120].

⁴ *Ibidem*.

⁵ KRAMER, Mark – «New evidence on Soviet decision-making...», p. 366.

⁶ «The "Malin Notes" on the crises of Hungary and Poland, 1956». [Notas de Vladimir Malin das reuniões do Presidium do PCUS, traduzidas e apresentadas por KRAMER, Mark, *ob. cit.*]. *Cold War International History Bulletin*, # 8-9, Inverno de 1996-1997.

⁷ KRAMER, Mark – «New evidence on Soviet decision-making...», p. 369.

⁸ GATI, Charles – *Failed Illusions. Moscow, Washington, Budapest, and the 1956 Hungarian Revolt*. Washington: Woodrow Wilson Press Center, 2006.

⁹ KRAMER, Mark – «New evidence on Soviet decision-making...», p. 368.

¹⁰ *Ibidem*, p. 367.

¹¹ MICUNOVIC, Veljko – *Moscow Diary*. Nova York: Doubleday, 1980.